



Tribunal de Contas

ESTADO DE PERNAMBUCO

INFORMATIVO

QUINZENAL - Nº 463

Auditorias realizadas pelo TCE na prefeitura de Paulista subsidiaram as operações Chorume e Locatário, realizadas pela Polícia Civil e que resultaram no afastamento do prefeito do município. Uma das auditorias (relatoria do conselheiro substituto Marcos Flávio Tenório) identificou problemas no contrato de Parceria Público Privada para serviços de limpeza urbana. Na operação Locatário, a atuação do TCE se deu por meio de Auditoria Especial (relatoria do conselheiro Carlos Neves), requerida pela procuradora-geral do Ministério Público de Contas, Germana Laureano, que apontou indícios de superfaturamento em dispensas de licitação para locação de imóveis da prefeitura.

Economia para os cofres públicos

Uma análise feita pela equipe técnica do TCE em um pregão da prefeitura de Serra Talhada, sob a relatoria da conselheira Teresa Duere, resultou na economia de R\$ 1.377.102,25 aos cofres do município. A auditoria encontrou falhas na licitação e sugeriu alterações no edital que tinha como objeto aquisição de medicamentos e equipamentos de proteção individual para a Covid-19, no valor estimado de R\$ 2.631.450,30. A prefeitura acatou as mudanças e lançou novo edital, o que gerou economia de recursos para o município.

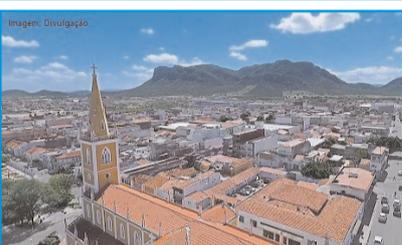


Imagem: Divulgação

Multa

A Segunda Câmara do TCE decidiu pela aplicação de multa ao Secretário de Finanças do Recife, José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira, por descumprimento de uma medida cautelar expedida pelo conselheiro Carlos Porto que determinava a publicação no Portal de Transparência da Prefeitura do Recife, de informações sobre as contribuições voluntárias ao Programa Emergencial para antecipação do IPTU de 2021.

Licitações a distância

Medidas cautelares expedidas pelos conselheiros Carlos Neves e Valdecir Pascoal suspenderam licitações presenciais das prefeituras de Belém do São Francisco e Bom Conselho, respectivamente. O MPCO, que requereu as cautelares, alegou que além de ser incompatível com o momento de pandemia que impõe máximo distanciamento físico, as licitações presenciais ferem o princípio da competitividade, pois os interessados podem ser impedidos de se deslocar à prefeitura para participar da competição.



Ressarcimento

Após alerta de responsabilização emitido pelo conselheiro Carlos Porto, a Secretaria de Saúde do Estado devolveu ao Fundo Estadual de Saúde mais de 4 milhões de reais, valor correspondente ao saldo remanescente do contrato com a Organização



Social de Saúde responsável pela gestão de um dos hospitais de campanha do Grande Recife. O alerta, com base em auditoria do TCE, foi para que a secretária explicasse a situação ou a destinação do saldo remanescente.

Emenda parlamentar

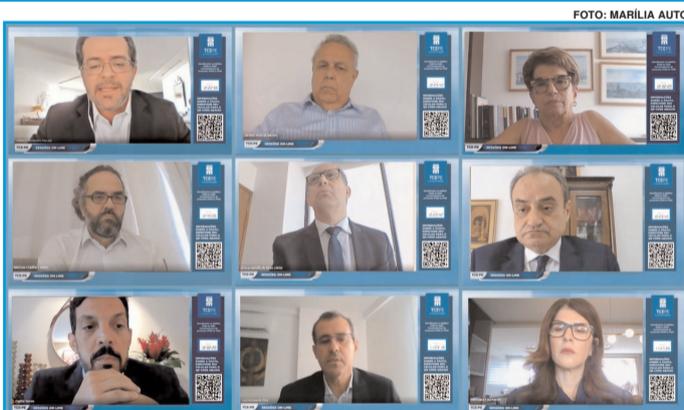


FOTO: MARILIA AUTO

O Pleno do TCE respondeu a uma consulta do prefeito de São Joaquim do Monte sobre a utilização de recursos de emendas parlamentares no pagamento de despesas de pessoal e despesas com serviços realizados por consórcio. A resposta foi dada pelo conselheiro Marcos Loreto, que afirmou ser vedada a utilização desses recursos para o pagamento das referidas despesas, tendo em vista a sua natureza de transferência voluntária.

Volta às aulas

O TCE vai promover na próxima semana uma audiência pública para debater o retorno às aulas presenciais na rede pública de ensino em Pernambuco. O encontro, realizado por meio de videoconferência, vai reunir especialistas nas áreas de educação e saúde, além de gestores de órgãos públicos, entidades e associações de ensino. A ideia é alinhar os planos de retomada das atividades, respeitando os protocolos de saúde e garantindo a segurança dos alunos, professores e demais envolvidos.



www.tce.pe.gov.br

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Diretoria de Comunicação | 81 3181.7671 | imprensa@tce.pe.gov.br

Ouvidoria | 0800 081 1027